



Breve consideração acerca do Programa Nacional de Alimentação – PNAE na Rede Estadual de Ensino nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã/MS

Brief Considerations About The National School Food Program - Pnae In The State Education Network In The Municipality Of Corumbá And Ponta Porã/MS

CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida da; SILVEIRA, Claudia Vera da¹;

¹Universidade Federal da Grande Dourados, cris87almeida@gmail.com; gycvera@gmail.com.

Resumo: O objetivo geral do trabalho é analisar e identificar os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no ano de 2017 nos municípios de Corumbá e Ponta Porã do estado de Mato Grosso do Sul. Para efetivação deste estudo foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, onde os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com os camponeses que participam do programa, assim também de observações diretas e anotações no diário de campo, os dados secundários foram obtidos junto à base de dados da SEAD, INCRA, SED-MS, FNDE. Os resultados indicam que existe uma heterogeneidade no que tange os gêneros alimentícios que são adquiridos na chamada pública pelas escolas estaduais. Os camponeses salientaram a importância dessa política pública, mesmo os editais apresentando falhas com produtos que não é da região.

Palavras-chave: Agricultura camponesa, Comercialização, Aquisição gêneros alimentícios.

Abstract: The general objective of this work is to analyze and identify the foodstuffs purchased in the field of the National School Feeding Program - PNAE in the year 2017 in the municipalities of Corumbá and Ponta Porã in the state of Mato Grosso do Sul. To carry out the study, a research was carried out With qualitative and quantitative data, where the primary data were obtained through interviews with the peasants participating in the program, as well as direct observations and field-free annotations, secondary data were obtained. Together with the SEAD database, INCRA, SED-MS, FNDE. The results indicate that there is a heterogeneity regarding the foodstuffs that are acquired in the public call by state schools. The peasants stressed the politics of this public policy, even the edicts presenting flaws with products that are not from the region.

Keywords: Peasant agriculture, Marketing, Acquisition of foodstuffs.

Introdução

A partir do ano de 2003, a agricultura camponesa é valorizada pela implantação de políticas públicas pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que lançou em âmbito nacional o Programa de Aquisição de Alimento da Agricultura



Familiar (PAA), “criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero” (GRISA et al., 2009, p.2).

O objetivo do PAA é de incentivar a produção de alimentos e assegurar a compra destes alimentos para serem ofertado para a população que estivesse em situação de insegurança alimentar. As iniciativas bem sucedidas do PAA suscitaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que existe desde 1955 e até 1994 suas ações eram centralizadas pelo governo federal, após este ano foi descentralizado. A partir de então ficou sob incumbência dos Estados e municípios a aquisição e distribuição de alimentos para as escolas, tema que passou a ser discutido como um possível instrumento pertinente para o desenvolvimento local e regional (TRICHES, 2016).

Desta forma a política de valorização da agricultura camponesa foi reforçada em 2009 com a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O artigo 14 da referida lei obriga a que recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE sejam de no mínimo 30%, porcentagem que deverão ser empregados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombola. Neste trabalho optou-se por empregar a categoria de agricultura camponesa nas perspectivas de Van der Ploeg (2008), Shanin (2005; 2008), Oliveira (2001) e Santos (1984). Esta categoria possui como característica básica: a força de trabalho familiar; a economia baseada na comercialização do excedente; a autonomia com o mercado; reciprocidade entre os camponeses; a não separação da unidade produtiva com a de consumo e; práticas de ajuda mútua entre os assentados.

De acordo com Ramos (2013) a Resolução 38/2009 estabelece que os cardápios escolares sejam elaborados por nutricionistas, respeitando os hábitos alimentar das distintas localidades. A autora também ressalta que alimentação oferecida deve ser conter pelo menos 20% da necessidade nutricional, e tendo um oferecimento de frutas e hortaliças de 200 gramas/ aluno /semana.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar e identificar os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no ano de 2017 nos municípios de Corumbá e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul. Ainda se pretende analisar os preços pagos aos produtos nos editais; identificar o papel dos atores sociais na implantação do artigo 14º e verificar fatores intervenientes para o sucesso ou fracasso na aplicação desta política pública nos municípios pesquisados.



O trabalho está estruturado em cinco partes incluindo esta introdução, a segunda parte apresenta a metodologia utilizada, a terceira apresenta os resultados, a quarta parte apresenta as considerações finais do artigo e a quinta parte apresenta as referências bibliográficas.

Metodologia

A pesquisa foi realizada nos municípios de Corumbá e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul (Figura 1).



Figura 1. Localização dos municípios de Corumbá e Ponta Porã no estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: IBGE (2017).

Para realização deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa de cunho qualitativa com levantamento de dados primários e secundários. Em relação aos dados secundários foram consultadas as seguintes instituições: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED – MS) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Após o lançamento dos editais no site, os dados foram compilados para uma planilha no Excel. As planilhas foram identificadas da seguinte maneira: nome das escolas, quantidade de produtos solicitados e preço unitário. Posteriormente os dados agrupados por categorias e analisados.

Foram entrevistados os camponeses do assentamento Taquaral (dois entrevistados), localizado no município de Corumbá e camponeses do assentamento



Itamarati (dois entrevistados) no município de Ponta Porã, além de conversas informais, observações diretas e anotações do diário de campo. A escolha dos municípios se deu pela facilidade em acesso as informações e aos entrevistados. As entrevistas ocorreram entre os meses de março a abril de 2017, contendo as seguintes perguntas norteadoras: Há quanto tempo participa da comercialização via PNAE? Quais os produtos comercializados? A partir da resposta dos entrevistados se desenvolvia as demais indagações. Adotou-se como critério a participação em editais anteriores do PNAE. Em relação às conversas informais com os camponeses tanto no assentamento Taquaral como no assentamento Itamarati teve o intuito de responder aos seguintes questionamentos: o que precisa melhorar nas chamadas do PNAE? Quais são as maiores dificuldades em participar do PNAE?

Também foi realizada uma entrevista com a diretora adjunta da Escola Estadual Nova Itamarati, localizada no assentamento Itamarati II, no município de Ponta Porã com o intuito de compreender quais são as dificuldades enfrentadas e/ou benefícios desta política.

Caracterização dos municípios de Corumbá e Ponta Porã

De acordo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Corumbá apresenta uma população de 103.703 habitantes, 90% vivendo na área urbana e 10% na rural (IBGE, 2010). A cidade está distante 430 quilômetros da capital do Estado (Campo Grande) e apresenta uma complexidade na oferta de serviços, desempenhando o papel de cidade-polo regional. A economia de Corumbá gira em torno dos serviços urbanos, da extração de recursos minerais (ferro, manganês e calcário), turismo de pesca e da criação de bovinos. O município de Corumbá possui 7 assentamentos, onde residem 1.375 famílias, em uma área de 37.382 hectares.

O município de Ponta Porã está localizado na porção Centro-Sul de Mato Grosso do Sul estando a 300 km de Campo Grande a capital do estado. Sua população é de 77.872 habitantes de acordo com (IBGE, 2010). Os municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são cidades gêmeas (OLIVEIRA, 2005). A economia de Ponta Porã está assentada na produção de grãos (soja e milho), produção de mandioca, pecuária, indústrias de transformação e turismo de compras. Ponta Porã possui aproximadamente 3.400 (três mil e quatrocentas) famílias assentadas, distribuídas em sete assentamentos (INCRA, 2016). Cabe destacar que o este município possui o maior assentamento de reforma agrária da América Latina os assentamentos Itamarati I e Itamarati II.



Comercialização de gêneros alimentícios da agricultura camponesa no município de Corumbá e Ponta Porã

Verificou-se que o município de Corumbá possui 1.342 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP (Tabela 1). A DAP é o documento indispensável para a comprovação de enquadramento do camponês (a) para ter acesso as políticas públicas do governo federal. Também foi constatado que aproximadamente 33% (439) das declarações DAP estão ativas e 67% (903) estão inativas, esta última situação está possivelmente associada a duas situações: cancelamento ou a declaração está expirada.

Tabela 1. Extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP¹ nos municípios de Corumbá e Ponta Porã - MS no ano de 2017.

Municípios	DAP Total	%	DAP Ativas	%	DAP Inativas	%
Corumbá	1342	100%	439	33%	903	67%
Ponta Porã	3.553	100%	1.395	39%	2.158	61%

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (2017). Organizado pelos autores (2017).

Em relação ao município de Ponta Porã verificou-se que existe um número de 3.553 declarações DAP, dos quais 39% (1.395) das declarações estão ativas e 61% (2.158) estão inativas. Ao ser indagado porque há um número elevado de DAP inativas ou canceladas a um dos entrevistados, este comentou que “muitos dos camponeses desconhecem que a DAP vence depois de três anos e precisa ser renovada”. Outro entrevistado expôs que muitos lembram-se da DAP quando vão acessar crédito do Pronaf ou quando participam dos programas institucionais do governo federal.

Desta forma concordamos com Rossetti, Winnie e Silva (2017) de que a falta de documentação comprobatória como a DAP e a regularização fundiária muitas vezes são obstáculos que dificultam o acesso de muitos agricultores e comunidades tradicionais no programa de aquisição.

Em relação às declarações de DAP-Jurídica se constatou que em Corumbá existem cinco organizações que possuem DAP-Jurídica e estão cadastradas na base de dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2017), sendo 1 cooperativa e quatro associações, agrupando aproximadamente 232 agricultores (Tabela 2).



Tabela 2. Extrato de Declaração de Pessoa Jurídica (DAP-Jurídica) nos municípios de Corumbá e Ponta Porã – MS no ano de 2017.

Municípios	Associações	Agricultores	Cooperativa	Agricultores	DAP-Jurídica	Agricultores
Corumbá	4	187	1	45	5	232
Ponta Porã	2	184	4	226	6	447

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (2017). Organizado pelos autores (2017).

No município de Ponta Porã há seis organizações em Pessoas Jurídicas, estando constituída em duas associações e quatro cooperativas. As entidades jurídicas se concentram nos assentamentos Itamarati I e Itamarati II. Estas entidades jurídicas agrupam aproximadamente 447 agricultores.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios de Corumbá e Ponta Porã

O município de Corumbá conta atualmente com 35 escolas da rede municipal (14.337 alunos) e 11 escolas da rede estadual. A soma dos alunos matriculados na rede estadual no ano de 2017 foi de 10.671 alunos. Já o município de Ponta Porã dispõe de 29 escolas da rede municipal (12.018 alunos) e 12 escolas da rede estadual, sendo que 4 destas escolas estão localizadas na área rural, enquanto o município de Corumbá tem apenas 1 escola localizada na área rural (Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho-Toghopanã, localizada na Aldeia Uberaba, Ilha Insua, distante 354 quilômetros da sede do município. O ensino médio nos assentamentos rurais e distritos funcionam através de extensões da Escola Estadual Dr. João Leite de Barros). As 12 escolas da rede estadual de Ponta Porã têm um contingente de 12.704 alunos matriculados em 2017.

O recurso transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao estado de Mato Grosso do Sul em 2016 foi de R\$ 15.109.610,40, sendo que o estado adquiriu ao todo apenas 16,71% dos recursos (FNDE, 2016). A Tabela 3 apresenta os valores repassados para os municípios analisados.

Percebe-se que Corumbá recebeu em repasse do FNDE aproximadamente R\$ 1.765.296,00, dos quais foi adquirido o valor de R\$ 203.180,00, o que corresponde a 11,51% do repasse total. Já o município de Ponta Porã recebeu em repasse aproximadamente R\$ 1.159.456,00, dos quais foi adquirido cerca de R\$ 288.668,86, o que corresponde a 24,90 % do repasse total.



Tabela 3. Recurso transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao estado de Mato Grosso do Sul em 2015.

Municípios	Repasse em R\$	Aquisição da Agricultura Familiar	% Aquisição da Agricultura Familiar
MS	15.109.610,40	2.524.815,89	16,71%
Corumbá	1.765.296,00	203.180,00	11,51%
Ponta Porã	1.159.456,00	288.668,86	24,90 %

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do (FNDE, 2015).

Verificou-se que os editais das chamadas Pública para aquisição de gêneros alimentícios das escolas estaduais de Corumbá foram lançados entre os dias 10 de fevereiro à 8 de março. No município de Ponta Porã os editais das escolas foram lançados todos no mês de fevereiro entre os dias 6 a 23 de fevereiro.

Em relação aos gêneros alimentícios que é demandado pelos Editais das Escolas verificou-se que são principalmente: frutas como abacaxi, banana nanica, laranja pera, mamão, limão, entre outros; verduras como cebolinha, salsa, alface, couve flor, hortelã e rúcula; legumes como abóbora cabotiã, pimentão, repolho, tomate salada, vagem; tubérculo como cenoura, mandioca, batata inglesa, batata doce, etc. A Tabela 4 apresenta os preços dos gêneros alimentício demandados pelos Editais nos municípios de Corumbá e Ponta Porã (Tabela 6).

Tabela 4. Preços (R\$) dos gêneros alimentícios demandado pelos Editais no município de Corumbá e Ponta Porã.

Produtos	Abacaxi	Alface	Banana nanica	Beterraba	Cebola	Cebolinha	Couve folha
Ponta Porã	5,14	1,91	4,81	2,35	2,23	1,68	2,06
Corumbá	5,81	2,1	4,15	2,44	2,31	1,92	2,54
Produtos	Acelga	Cenoura	Tomate Cereja	Tomate Salada	Salsa	Abóbora Cabotiã	Batata Inglesa
Ponta Porã	--	2,2	--	3,82	1,71	3,15	2,87
Corumbá	4,16	2,27	5,93	3,33	1,57	3,46	2,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PNAE (2017).

A respeito das dificuldades em participar do PNAE os agricultores camponeses de Ponta Porã relataram que a logística impede que eles participem dos editais em outras escolas estaduais, além da Escola Nova Itamarati, uma vez que a entrega dos produtos é de forma descontínua e, além disso, a quantidade de produto entregue na escola é reduzida, de modo que os custos com o transporte acabam por



inviabilizar a participação da cooperativa em escolas localizadas na área urbana do município. Outro problema salientado pelos agricultores é que os editais não levam em conta a sazonalidade da produção agrícola, pois muitos produtos são cultivados, mas não estão nas listas de compras das escolas, citando como exemplo a produção de maxixe, quiabo, maracujá, limão rosa.

A falta de agroindústria para os beneficiamentos de produtos lácteos é um problema semelhante enfrentado pelos assentamentos estudados. Os agricultores camponeses do assentamento Taquaral expõem que as listas de produtos que compõem os editais não estão de acordo com o perfil produtivo da região, pois produtos como mel, limão rosa, limão galego, quiabo e maxixe ficaram de fora dos editais. Já no caso do Assentamento Itamarati II verificou-se existe uma pequena agroindústria de leite que produz iogurte e que participa no PNAE da rede municipal por meio de uma cooperativa.

A diretora adjunta da Escola Estadual Nova Itamarati, comentou que atua no município de Ponta Porã a mais de 11 anos. Ela trabalhou em todas as escolas estaduais do assentamento Itamarati e ao ser indagada sobre a confecção da lista de compras da merenda escolar ela expõe a seguinte:

As escolas antigamente não gerenciavam os recursos, elas recebiam os produtos. Os alimentos eram comprados pelo governo federal que enviavam para as secretarias de educação estaduais e elas que faziam a distribuição no estado. Mas hoje temos uma ferramenta chamada de Chefe Escolar onde você escolhe as receitas e coloca a quantidade de dias letivos e em seguida se escolhe quais serão os cardápios durante cada dia da semana e ao final é gerado uma lista de produtos (óleo, arroz, feijão, sal) o processo é feito para o semestre. Ao fazer a lista de compra no Chefe Escolar você vai observando os preços e a quantidade que ainda dispõem para as compras e de repente o dinheiro não dá, você retorna no sistema e altera os produtos até a quantidade de recursos for possível. A falta de infraestruturas nas escolas impede a preparação de bolos nas escolas como exemplo que cito. Aqui no assentamento temos três cooperativas que participam das licitações da agricultura familiar (entrevista realizada no dia 14 de maio de 2017, no assentamento Itamarati 2).

As dificuldades relatadas pela diretora da Escola Estadual Nova Itamarati vão desde a insuficiência de infraestrutura aquedada para a preparação de alimentos mais elaborados como as confecções de bolos e sucos. Outra realidade é que partes das “merendeiras” não querem que a direção da escola adquira produtos que precisam ser preparados (lavados, picados, cozidos, triturados) elas querem produtos semi-preparados ou de fácil oferecimento como exemplo maçã, iogurtes, laranja, banana, biscoitos rosquinha.

Desta forma podemos evidenciar que existem alguns gargalos do programa de alimentação escolar, porém tal programa é de suma importância no sentido de



garantir a unidade escolar autonomia de escolher os alimentos que serão consumidos.

Considerações Finais

As considerações do trabalho sinalizam à importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, porém com destaque maior para este último município, onde foi constatada uma maior participação dos agricultores camponeses por meio da comercialização de gêneros alimentícios em relação à média estadual. Ainda é importante ressaltar o papel que desempenha este programa materializando-se em um instrumento de política pública que facilita a compra direta dos assentamentos, estimulando a produção local. Desta forma um efetivo aumento da participação da agricultura familiar gera uma espécie de círculo virtuoso onde são gerados os encadeamentos na economia local.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar** (PNAE) pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – **FNDE**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar> > acesso em:11 jun. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – Secretaria de Estado de Educação (SED-MS). **A Associação de Pais e Mestres** (APM) da Escola Estadual EE CARLOS DE CASTRO BRASIL. município de Corumbá – MS.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, p,137 -170, 2011.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Assentamento**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul - SR 16. 2016 Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/assentamento> >acesso em: 05 abr 17.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários – 1980/1985/1990/1995/2000/2005/2010/2013/2014. Disponível em:<www.ibge.gov.br>



OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, T. C. M. Tipologia das Relações Fronteiriças: Elementos para o Debate Teórico-Práticos In:___(Org). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400002&script=sci_arttext> Acesso em: 10 jan. 2017.

RAMOS, M. O. **As crianças estão se sentindo importantes**: avanços na Alimentação Escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da Agricultura Familiar. Disponível em: < <http://www.facos.edu.br/old/galeria/129072011032717.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2017.

ROSSETTI, F. X; WINNIE, L. W. Y; SILVA, M. V. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, p.912-923, 23(2), 2016.

SANTOS, J. V. T. **Os colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – **SEAD**. Disponível em: < <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>> Acesso em: 15 mai. 2017.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O PIVÔ DA QUESTÃO”**. 2009. 327f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Curso de pós-graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2009.

TRICHES, R. M. Sistemas Agroalimentares Locais A Partir da Revisão das Compras Públicas de Alimentos para a Alimentação Escolar. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, PR, p.5-20, v.1, n.1, 5, jan./jun., 2016.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS (Coleção Estudos Rurais). 372 p. 2008.